

Inteligência Artificial é designação adequada?

Rubi Rodrigues¹

INTRODUÇÃO

O nome atribuído a algo desempenha o papel de lhe conferir identidade, de modo que, ao invocá-lo, reste claro para todos do que se está tratando. Quando o nome não é exato e preciso na determinação do que está em pauta, o processo comunicativo entre os humanos abre portas para a confusão e o desentendimento, simplesmente porque os interlocutores podem ter em mente objetos distintos, embora imaginem que estejam se referindo à mesma coisa.

Entendemos ser esse o caso do uso ordinário da palavra inteligência, da qual até agora fazemos uso intuitivo e displicente, por referir-se à consciência humana, que também não conta com uma especificação exata e precisa. Até este momento sequer sabemos onde a consciência está localizada, embora isso não nos impeça de usá-la. Entretanto, quando se trata de Inteligência Artificial, que é uma questão científica, o uso da palavra inteligência exige rigor e precisão conceitual, tal e qual a matemática, que suporta essa tecnologia, sob pena de erigirmos um edifício amparado em pedra fundamental precária ou inapropriada.

Neste curto ensaio, sobretudo provocativo, valendo-nos do método de pensar de Platão, ofertado pela Academia Platônica de Brasília, tentaremos iluminar a questão e verificar em que medida conviria reconfigurar o significado dessa palavra e em que medida ela designa de modo adequado a nova tecnologia em questão.

DESENVOLVIMENTO

Temos entendido inteligência no sentido de competência cognitiva, isto é, como capacidade mental de analisar, de entender e de expressar esse entendimento de modo adequado. Nesse sentido, inteligência resulta ser uma aptidão da mente: a aptidão de pensar com competência. Essa solução torna-se problemática uma vez que não se dispõe de uma régua ou de uma medida precisa para se qualificar ou quantificar essa aptidão ou essa competência. Aptidão, provavelmente, nem admita ser medida ou qualificada com precisão, ainda que ao se comparar um discurso com outro possamos verificar que um deles evidencie ser mais inteligente ou mais convincente do que o outro.

Essa comparação relativa revela-se insuficiente para atestar competência cognitiva, porque o entendimento e o discurso, além de convincentes, precisam ser também adequados à realidade e eficazes no direcionamento da ação. De outro lado, a adequação de um discurso pode variar segundo as circunstâncias e segundo a cultura, de modo que avaliar por inteligente uma análise, um entendimento ou um discurso não contribui para o esclarecimento de qualquer questão em pauta.

¹ Pesquisador em Metafísica e Teoria do Conhecimento. Diretor da Academia Platônica de Brasília

O dito popular “cada cabeça uma sentença” tanto quanto “a imponderabilidade da sentença de um juiz”, exprimem a ausência de um terreno firme e estável no qual se aplica, historicamente, o conceito de inteligência como capacidade ou competência de bem pensar. Embora pensar, nitidamente, implique um processo mental, esse processo nunca foi especificado, de maneira que ele é executado sem a presença de um método formalizado e sistemático.

A par disso, acredita-se que o ato de pensar seja influenciado por humores e por tensões circunstanciais que interferem nos resultados. Cada um pensa a seu modo e segundo uma experiência pessoal acumulada e única, e, nesse sentido, o uso da palavra inteligência para mencionar essa habilidade pessoal pode ser admitido sem importantes prejuízos, porém, realmente, contribui pouco na elucidação das questões.

Entretanto, quando essa função da mente humana é estendida, em alguma medida, para ser executada por máquinas, passamos para o âmbito da ciência cujo ambiente não admite operações informais ou afetadas por humores. Tudo precisa ser bem definido e explicitado.

Em sentido geral, função implica operação sistêmica, isto é, a conversão de uma entrada em uma saída. Isso vale para máquinas e vale, também, para a mente humana. É dessa forma que entendemos processamento. Sendo isso verdade, o que exatamente a mente humana opera no ato de pensar? Qual o objeto substantivo desse processamento? À primeira vista, seria a palavra, mas a palavra é apenas um dos veículos transportadores de significados. O símbolo é outro. Desse modo, a função de pensar utiliza-se, sim, de palavras, mas opera algo mais essencial, talvez significados. Ocorre que os significados variam de acordo com a cultura e a mente é um processador genérico que admite qualquer significado de modo que o objeto operado no ato de pensar não pode ser, essencialmente, significados.

Em informática, fala-se que o computador processa dados segundo programas de tratamento de dados, gerando saídas que organizam esses dados de forma preconizada no programa. Portanto, essas saídas contêm mais que dados, contêm, também, uma inteligência organizativa fornecida pelo programa. Logo, a palavra dado tampouco resolve, completamente, o problema de se designar com precisão aquilo que é operado pela mente no ato de pensar.

De mais a mais, a mente cria palavras e significados novos, de modo que o seu insumo precisa ser algo mais fundamental. A solução mais adequada que encontramos implica ampliar o *status* gramatical da palavra inteligência, entendendo-a também como substantivo a par da sua histórica condição de predicado. Como? Entendendo essa inteligência como sendo o conjunto de conexões ou de nexos lógicos e ontológicos necessários para conectar e articular energias ou elementos e produzir organização e complexidade. Ontológicos, porque os fenômenos presentes na existência surgem e desaparecem, restando indispensável serem constituídos por uma inteligência criativa. Lógicos, porque ordem e organização requerem coerência lógica entre os termos que são combinados e articulados na construção de qualquer fenômeno complexo, de maneira que fica facultado entender que todos os fenômenos são determinados por uma inteligência organizativa específica que não apenas os determina, mas também os preservam como tal. Nessa concepção, inteligência seria o objeto ou a matéria-prima operada pela mente no ato de pensar.

Na perspectiva metafísica de orientação platônica que adotamos, essa mudança justifica-se plenamente. Ela entende que o mundo é composto por fenômenos. Os fenômenos são criados do simples para o complexo, segundo uma inteligência criativa universal, e, complementarmente, são individualmente determinados por uma inteligência organizativa particular, que reúne e articula os seus componentes em certo arranjo organizativo que os torna específicos e, virtualmente, únicos. Segundo essa perspectiva, o universo é composto, em última instância, por energia e inteligência².

Nessas condições, ao operar analiticamente, a mente sintoniza a inteligência organizativa presente nos fenômenos, identifica os nexos lógicos e ontológicos que a constituem, entende subjetivamente essa inteligência constitutiva e a expressa na forma de uma inteligência descritiva compartilhável com seus pares. Desse modo, compreende-se que o ato ou o processo de pensar traduz a inteligência objetiva presente nos fenômenos em inteligência subjetiva dotada de significados, superando, assim, o abismo que, historicamente, as teorias do conhecimento colocam entre o sujeito e o objeto.

No final do processo inferencial, a mente expressa a compreensão que obteve, utilizando-se de uma inteligência descritiva. Com essa solução, a mente é entendida como um órgão especializado na operação de inteligência. Especializado porque apenas opera inteligência. Qual inteligência? A inteligência que edifica o mundo em um cosmos organizado e inteligível. Nesse caso, o propósito da mente humana consiste em entender a inteligência presente na natureza, de modo que o homem possa transitar com tranquilidade e segurança pelo mundo. Com essa solução, a mente não cria um mundo imaginário, mas entende as conexões lógicas e ontológicas do mundo real, isto é, entende o mundo ao realizar leituras correspondentes à inteligência que edifica e constitui a natureza. É por isso que ciência e tecnologia de manipulação da matéria tornam-se possíveis. Como se observa, o modelo fecha em concepção robusta.

Nessas circunstâncias, o que designamos hoje por Inteligência Artificial não corresponde ao significado das palavras, de um lado, por se tratar de processadores de inteligência, tal e qual a mente humana – ainda que não executem todas as funções da mente humana –, e de outro lado, porque não existe uma inteligência que seja não natural ou artificial: todos os nexos lógicos e ontológicos possíveis neste universo são naturais a ele, ainda que não os conheçamos a todos. Nós apenas conseguimos sintonizá-los, identificá-los e entendê-los, dado que a mente humana opera as mesmas frequências existenciais deles – mesmo que nos seja facultado utilizá-los para criar arranjos organizacionais novos e inusitados. Usamos a inteligência para criar complexidade crescente, e, nesse labor, os processadores mecânicos ou eletrônicos de inteligência podem agilizar e aperfeiçoar o nosso trabalho.

Para consolidar as diferenças, temos, então, computadores humanos de inteligência que designamos mentes, que possuem aplicação geral e estão sujeitos a humores, e temos, também, computadores não humanos ou mecânicos de inteligência, não sujeitos a humores ou a fadiga, que, virtualmente, podem ser especializados por área de conhecimento.

² Em trabalho intitulado Teoria da existência, disponível em https://academiadepalatao.com.br/artigo_detalhe?id=494, estão explicitados os fundamentos filosóficos dessa concepção.

O ganho substantivo que essa designação da mente como processador de inteligência e não como inteligência é que, objetivando a mente na condição de processador, podemos pensar em seu aperfeiçoamento operacional com medidas objetivas, algo improvável e distante ao pensá-la como uma imponderável inteligência. Na condição de processador, podemos pensar em aperfeiçoar o seu “*hardware*” e o seu “*software*” e especificar como ocorre esse processamento para torná-lo uma operação consciente e metódica, tal e qual se dá, ordinariamente, com os computadores de inteligência não humanos: *hardware* e *software* evoluem continuamente, provocando ajustes no seu sistema operacional que faz a mediação entre *hardware* e *software*.

A menção ao sistema operacional dos computadores sugere-nos, por semelhança, que a mente também pode ser instrumentalizada com um tipo de “sistema operacional”, mediando mente e mundo objetivado, permitindo que “programas especializados” possam ser constituídos em linguagens mais amigáveis, sobrepostos em mais alto nível, assim como ocorre com os computadores. O sistema operacional da mente disponibilizaria uma postura filosófica diante do mundo dotada da propriedade de colocar a mente humana de modo realista diante da natureza e, ao mesmo tempo, orientaria, adequadamente, o seu processo inferencial. A perspectiva metafísica platônica que adotamos indica que o “sistema operacional da mente humana” existe desde a Antiguidade, na condição de concepção filosófica metafísica, e pode ser formalmente compartilhado, dado ser constituído de uma teoria metafísica do conhecimento e de uma cosmovisão também metafísica, ambas descritas e formalizadas, modernamente, pela Academia Platônica de Brasília.

Observe-se que, ordinariamente, os desencontros humanos não decorrem dos processamentos de mais alto nível tal como na matemática: todos concordam que dois mais dois são quatro. As diferenças decorrem da ausência de um sistema operacional mental formal comum. Cada pessoa desenvolve as premissas que usa para pensar segundo a sua particular experiência de vida, de modo que não pode surpreender a diversidade de opiniões e de formas de pensar, dado que cada experiência de vida resulta ser única. Nesse sentido, um sistema operacional mental único e formal aceito por todos proviria uma base racional para o trabalho coletivo e ampliaria, exponencialmente, tanto a competência inferencial individual como as possibilidades de acordo coletivo. Nesse caso, as pessoas compartilhariam uma visão de mundo comum, não ideológica, porque compatível com o modo de ser da natureza.

Quanto ao “*hardware*” da mente, ainda não temos domínio do assunto a ponto de permitir interferências de melhoria – nem sabemos se isso é, realmente, possível. Em termos de “*software*”, porém, esse virtual sistema operacional com sua teoria do conhecimento disponibiliza um referencial cognitivo capaz de tornar metódico o ato de pensar. Realiza isso especificando os modos de pensar facultados à espécie, às ferramentas lógicas disponíveis, à estrutura ontológica que ampara a existência, à correspondência que vincula as instâncias visíveis e invisíveis da realidade, torna metódico o ato de pensar e permite vislumbrar a instância da totalidade dos fenômenos, que os torna unitários – condição essa que possibilita a diversidade fenomênica do mundo. É esse método que, organizando a mente, permite esclarecer com precisão a importância do nome certo para identificar os fenômenos.

CONCLUSÃO

A substituição do nome Inteligência Artificial por outro como processador de inteligência ou como computador de inteligência, ao esclarecer de modo mais preciso do que se trata essa nova tecnologia, poderia colocar-nos de forma mais realística diante dela. Sobretudo, a redefinição de inteligência como recurso organizativo universal e não como competência cognitiva de alguém pode desmistificar o risco potencial dessa tecnologia como ameaça existencial aos humanos. São máquinas, e cabe a nós programá-las de acordo com nossas conveniências. Essa tecnologia pode ser usada para o mal? Pode, mas, qualquer outra também pode, sempre, porém, por iniciativa humana.

Desse modo, o problema básico somos nós e a nossa precária capacidade de pensar e de entender a condição humana no seio do universo. Apenas o domínio pleno e formal da nossa capacidade de pensar pode minimizar os riscos existenciais ao se navegar pela vida. É também esse domínio que nos abre a possibilidade de desfrutar, plenamente, de um universo organizado rigorosamente nos mínimos detalhes. Precisamos apenas educar a nossa mente para que ela seja capaz de vislumbrar a realidade e para que possamos navegar de acordo com a natureza, ou seja, tendo a natureza como aliada.

Brasília, junho de 2026.